

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Rapidinhas

* A Câmara de Vereadores iniciou estudo para a criação de um espaço livre e com assentos especiais reservados a deficientes no plenário. O prédio da Usina Maurício Cardoso, sede do Legislativo, já possui elevador, exemplo que deveria ser seguido por outros órgãos.

* É uma vergonha o estado em que ficou a Rua Bruno de Andrade, a partir da Delegacia de Polícia, depois da troca da rede d'água pela Corsan. Os remendos do asfalto não foram nivelados com o restante da pista, dando aos motoristas a sensação de que estão andando sobre dezenas de quebra-molas. Vai ficar por isso mesmo, Prefeitura?

* A reforma da Biblioteca Pública, aguardada pelos montenegrinos adeptos da leitura há quatro anos, vai sair, mas terá um efeito colateral indesejável. Por cerca de dois meses, o Teatro Roberto Atayde Cardona, que fica ao lado, terá de ser interditado por causa das obras. Tudo isso poderia ser uma página virada há muito tempo.

* Algumas pessoas ficaram surpresas com o grande público presente ao lançamento da pré-candidatura do empresário Adairto da Rosa (PSDB), o "Chacall", à Prefeitura, sexta passada. Usando o mesmo discurso de 2012, prometendo colocar "as pessoas certas nos lugares certos", o tucano mostra que quer voar mais alto este ano.

Guarda na rua

A fiscalização deficiente contra os abusos cometidos no trânsito de Montenegro vem causando uma certa pressão sobre o poder público, há anos, para que a Guarda Municipal assuma a tarefa. Em várias cidades, os azuleiros já substituem a Brigada Militar, que tem efetivos cada vez menores, nesta importante tarefa. O problema é que, dentro do governo Aldana, não há consenso sobre o momento certo de fazer a mudança.

Visões - A Guarda Municipal demonstra interesse em começar o quanto antes, sob a alegação de que uma lei federal já ampara sua atuação nas ruas.

que, dentro do governo Aldana, não há consenso sobre o momento certo de fazer a mudança.

Visões - A Guarda Municipal demonstra interesse em começar o quanto antes, sob a alegação de que uma lei federal já ampara sua atuação nas ruas. A Procuradoria, porém, entende que precisa, primeiro, adequar a legislação municipal. E um terceiro grupo defende que tudo deve ser discutido primeiro com a comunidade e que a decisão fique para o próximo governo.

Atrasada - Debater assuntos importantes com a população é fundamental, mas a Administração já está atrasada. Os abusos que testemunhamos diariamente nas ruas precisam ser contidos, sob pena de colocar em risco a vida das pessoas, especialmente dos pedestres. Definitivamente, esperar pelo próximo governo é empurrar o problema com a barriga.

Promiscuidade

A prisão dos donos de dois laticínios na região, esta semana, a partir da Operação Leite CompenSado, mostra que não é só em Brasília que o poder econômico manipula a política. Escutas mostram que um dos fraudadores vinha agindo nas sombras para derrubar o secretário estadual de Agricultura, Ermani Pólo, porque ele apoia as investigações. Não tiveram êxito, mas fica muito clara a promiscuidade das relações entre políticos e empresários.

Sem culpados

Mal conduzida em sua formulação, a CPI do Meio Ambiente terminou na quinta-feira, com a aprovação do relatório produzido pela vereadora Rose Almeida (PP). Ela concluiu que não foram encontradas irregularidades a punir na substituição dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), no final do ano passado. Além disso, as investigações comprovaram que a Administração Municipal acatou recomendação do Ministério Público e não emitiu, durante o período em que o órgão ficou com as atividades suspensas, qualquer licença ambiental. Os autores do requerimento haviam dito que sim, mas não apresentaram nenhuma prova. Ficou evidente que o interesse era muito mais político do que ecológico.

Acusações - Durante a discussão do relatório em plenário, governistas e oposição trocaram acusações. Os adversários do prefeito dizem que o presidente Carlos Einar de Mello (PSB) formou uma CPI chapa branca, ao indicar, para um grupo de cinco pessoas, quatro simpatizantes da Administração. Já os apoiadores entendem que os colegas abandonaram a investigação depois de propo-la. Gustavo Zanatta (PP), que é da oposição e foi nomeado, não compareceu a nenhuma reunião da

Aval - A oposição tentou parar os trabalhos e substituir os membros por meio de uma ação na Justiça. Como a liminar foi negada e o recurso ao Tribunal indeferido, o Judiciário, indiretamente, avalizou a postura do presidente. Em tese, Naná usou apenas a sua prerrogativa de presidente,



Acusações - Durante a discussão do relatório em plenário, governistas e oposição trocaram acusações. Os adversários do prefeito dizem que o presidente Carlos Einar de Mello (PSB) formou uma CPI chapa branca, ao indicar, para um grupo de cinco pessoas, quatro simpatizantes da Administração. Já os apoiadores entendem que os colegas abandonaram a investigação depois de propo-la. Gustavo Zanatta (PP), que é da oposição e foi nomeado, não compareceu a nenhuma reunião da comissão. E Renato Kranz (PMDB), escolhido para substituí-lo, também não. Logo, não teriam direito de reclamar.

Recursos - Na hora da votação, o relatório recebeu quatro votos a favor e quatro contrários, além de uma abstenção do vereador Marcos Gehlen (PT). Diante do empate, o destino do processo acabou nas mãos do presidente, que detem o chamado "voto de Minerva". E Naná foi a favor das conclusões. Como não foram apontadas responsabilidades, na prática, a investigação está encerrada e a papelada será encaminhada ao Ministério Público para que tome ciência. A oposição, contudo, promete recorrer à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal... quem sabe, até à Organização das Nações Unidas (ONU).

Doação de postes

Vereador Ari Müller (PDT) usou a tribuna da Câmara, na quinta-feira, para fazer uma denúncia. No sábado, um veículo da Prefeitura teria levado 12 postes de luz, supostamente doados por uma empresa ao Município, até uma propriedade privada na localidade de Campo do Meio, onde foram fotografados ainda sem uso. Possivelmente os responsáveis pelo transporte receberam horas extras para fazer a entrega, segundo Ari.

Legislação veda - Através de um pedido de informações, o vereador quer saber a origem dos postes e por que "cargas d'água" eles foram parar numa propriedade privada. Como a legislação eleitoral veda qualquer tipo de doação do poder público que não esteja amparada em lei específica, Müller está ansioso para conhecer as alegações do governo.



Para manutenção - O secretário municipal de Viação e Serviços Urbanos, Ricardo Endres, diz que os postes são usados e precisam de manutenção, como a colocação de arames para conter rachaduras e o corte nas extremidades, que estariam apodrecidas. A propriedade onde foram deixados pertence a um servidor do Município, que se propôs a recuperá-los, sem custo, para uso nas estradas daquela região. "Mesmo não identificando irregularidades num primeiro momento, vou determinar a abertura de uma sindicância para apurar os fatos", anuncia o secretário.

Definições

A dez dias do começo do prazo para as convenções que irão definir os candidatos a prefeito e a vereador, tudo indica que Montenegro terá um dos pleitos mais disputados de sua história. Até agora, há cinco pré-candidaturas definidas e todos alegam que não abrem



Aldana (PSB)



Braatz (PMDB)



Chacall (PSDB)



Isaura (PSD)



Zanatta (PP)

mão da cabeça de chapa. Como o PDT segue indefinido e o PT fará sua escolha interna no dia 17, é possível que este número aumente para sete. Em se confirmando a tendência, será o maior número de aspirantes na eleição municipal de que tem notícia.

Mais dois - No PT, a decisão será entre Marcelo Azevedo, Reily Ruiz e João Santos. Já no PDT, se a ex-vereadora Iolanda Hofstatter não quiser concorrer, as opções são Ademir Fachini e Márcio Menezes. Não é por falta de nomes que o eleitor votará em branco ou anulará o voto.

PLACAR

A favor - Carlos Einar de Mello (PSB), Rose Almeida (PSB), Márcio Müller (SD), Dorivaldo da Silva (PRB) e Edgar Becker (PMDB).
Contra - Renato Kranz (PMDB), Ari Müller (PDT), Roberto Braatz (PMDB) e Gustavo Zanatta (PP).
Abstenção - Marcos Gehlen (PT)